

MEMÓRIAS DE NORMALISTAS DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE UBERABA, 1948 a 1959

TEACHER TRAINING IN THE 'TRIÂNGULO MINEIRO': MEMORIES OF NORMALISTS FROM THE OFFICIAL NORMAL SCHOOL OF UBERABA, 1948 to 1959

Gabriela Marques de Sousa¹
Sônia Maria dos Santos²

Resumo

Este trabalho está inserido no campo da História e Historiografia da Educação e teve como objetivo compreender a relação entre o curso normal e a formação de professores em Minas Gerais através das narrativas das ex-alunas que estudaram na Escola Normal Oficial de Uberaba, entre os anos de 1948 a 1959. O período delimitado dessa pesquisa está fundamentado na trajetória da própria instituição, demarcado por sua reabertura com a promulgação da Lei nº. 284, de 23 de novembro de 1948, até a mudança de nomenclatura, com a publicação da Lei nº. 5.586, de 23 de maio de 1959. A metodologia do trabalho está pautada na utilização da História Oral com a prática da microanálise, buscando entender de que modo as nuances das políticas educacionais destinadas a formação docente repercutiram nos cenários particularizados das instituições de ensino normal, nas décadas de 1940 e 1950. Assim, através das fontes documentais pudemos traçar o itinerário da Escola Normal Oficial de Uberaba e de que maneira as ações estaduais e federais interferiram na formação docente, concomitantemente, por meio dos depoimentos, adentramos nos aspectos específicos da instituição, a fim de compreender de que modo ocorria a constituição da professora mineira dentro das Escolas Normais. Logo, constatamos que a formação docente em Minas Gerais estava inserida no movimento maior da educação nacional, sendo sua trajetória associada à existência das Escolas Normais e à necessidade de professores.

Palavra-chave: Formação de Professores, Escolas Normais, Uberaba.

Abstract

The present study is inserted in the fields of History and Historiography Education and had as objective to comprehend the relationship between the Normal Course and the formation of teachers in Minas Gerais through the narratives of formers students who studied at the Official Normal School of Uberaba between the years of 1948 to 1959. The delimited period of this research is based on the institution's own trajectory which was marked by its reopening with the promulgation of the law nº. 284, dated November 23, 1948 until the change of nomenclature with the publication of the law nº5.586, dated May 23, 1959. The methodology of this study is based on the use of the Oral history with the practice of microanalysis, trying to understand how the nuances of educational policies, intended for the teacher's training, had repercussions in the particularized scenarios of Normal Teaching Institutions in the 1940s and 1950s. Thereby, through the documentary sources, we were able to track the Official School of Uberaba itinerary and how the state and federal actions

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. gabrielamar.sousa@gmail.com

² Doutora em Educação pela Pontifícia Católica de São Paulo. Professora na Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. soniam@ufu.br

interfered in the teacher training. Simultaneously, through the testimonials, we go into the specific aspects of the institution, in order to comprehend how the Minas Gerais teacher's constitution worked within the Normal Schools. Therefore, we found out that the teacher's formation in Minas Gerais was inserted in a larger national educational movement, being its trajectory associated with the existence of Normal Schools and the need for teachers.

Keywords: Teacher Training, Normal Schools, Uberaba.

1. Introdução

As pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, no âmbito da História da Educação, demonstraram que as mudanças no cenário educacional brasileiro influenciaram de modo direto, a trajetória da formação de professores no país, ora com políticas de incentivo à docência e a instalação de escolas normais, superiores e faculdades de educação; ora se apresentando contrária aos progressos alcançados, com a adoção de políticas que retrocederam as transformações com relação à formação docente (PEIXOTO, 1987;2000; TANURI, 2000; ARAÚJO; FREITAS; LOPES, 2008). De forma geral, essas nuances, na educação, foram sentidas de maneira mais contundente nos âmbitos regionais e municipais dos estados da federação, influenciando também no percurso das instituições escolares que ofereciam o curso normal e na consolidação da profissão docente.

Em Minas Gerais, a saída de Getúlio Vargas da presidência da República e do governador do Estado, Benedito Valadares, ao final de 1946, representou não só uma mudança para o cenário político da região como também para os rumos da educação mineira. A eleição de Milton Campos para o governo do Estado, e, Boulanger Pucci para o município de Uberaba, nesse contexto, marcou como um novo período para a Escola Normal Oficial de Uberaba (ENOU), que havia sido suprimida há dez anos, pelo Decreto nº. 63 de 15 de janeiro de 1938, ainda sob a administração do governo anterior.

Assim, ao considerarmos as transformações sociais, políticas e econômicas, em um movimento que tem sua concepção fundamentada em uma sobreposição de escalas entre os acontecimentos na esfera micro e macro (REVEL, 1998), nos contextos brasileiro, mineiro e uberabense, compreendemos que a ENOU, desde sua primeira inauguração através da Lei Provincial Mineira nº. 2.783 de 22 de setembro de 1881, até a mudança de nomenclatura ocorrida em 1959 pela nº. 5.586 de 20 de maio, teve sua trajetória institucional influenciada pelos interesses dos governantes, oscilando entre supressões e reabertura que ocorrida por três vezes³, o que influenciou diretamente a trajetória da formação docente na cidade.

³ Segundo Guimarães (2012) a ENOU está dividida em três fases, que influenciaram sua atuação no que tange os processos de escolarização da região. A primeira fase foi definida a partir do ato de criação, através da Lei Provincial Mineira 2.783, de 22 de setembro de 1881, instalação, meses depois, em 15 de julho de 1882, e supressão, em 1905. A segunda fase refere-se à

Dessa maneira, acreditamos que Escolas Normais representaram um marco para a própria profissão docente, sendo espaço para a produção e reprodução de saberes e normas,

(...) desempenhando um papel crucial na elaboração dos *conhecimentos pedagógicos* e de uma *ideologia comum*. Mais do que formar professor (a título individual), as escolas normais produzem uma profissão docente (a nível coletivo), contribuindo para a socialização dos seus membros e para a gênese de uma cultura profissional. (NÓVOA, 1995, p.18) [grifos nossos].

Neste sentido, esse estudo buscou compreender de que modo a ENOU contribuiu para a formação docente das normalistas que estudaram nessa instituição, a partir da sua reabertura pela Lei nº 284 de 23 de novembro de 1948 até a mudança de nome da instituição ocorrida onze anos depois.

Logo, a metodologia deste trabalho esteve centrada na prática da microanálise com a utilização da História Oral, elegendo narrativas de quatro professoras que estudaram nessa escola entre os anos de 1948 a 1959, para compreender de que modo ocorria a formação dos professores nesse período no Estado de Minas Gerais e qual o lugar ocupado pelas Escolas Normais no que tange a formação docente, e, conseqüentemente de que modo essas instituições conseguiram influir na prática das professoras no ensino primário.

Para tanto, também foi necessário o uso das fontes documentais referente a ENOU entre os anos de 1948 a 1959, dos jornais que circulavam na cidade uberabense no período delimitado da pesquisa, sendo eles Lavoura e Comércio e Gazeta de Uberaba, e, também das fontes oficiais do Estado de Minas Gerais.

Diante disso, dividimos o trabalho em três partes, em que a primeira parte buscou analisar a trajetória da ENOU entre os anos de 1928 a 1938; a segunda, procurou compreender o reestabelecimento da ação formadora da instituição, a partir da sua reabertura, em 1948, até a mudança de nomenclatura, ocorrida em 1959; e, por fim, a terceira parte indagou, através das narrativas das professoras, a importância do curso normal para a constituição do professor primário mineiro no período delimitado dessa pesquisa.

2. Trajetória da Escola Normal Oficial de Uberaba: entre supressões e reaberturas, 1928 a 1938.

Os anos de 1920 e 1930 ficaram marcados como tempo de fertilidade de ideias e profundidade dos debates em torno da construção da nação. Esse tema foi colocado de forma

reinstalação, pelo Decreto n.8.245, de 18 de fevereiro de 1928, garantindo o funcionamento durante dez anos, e supressão pelo Decreto n. 63, de 15 de janeiro de 1938. A reativação, em uma terceira fase, deve-se à Lei n.284, de 23 de novembro de 1948 até o ano de 1959, quando a escola passa a ser chamada Escola Estadual Prof. Leôncio Ferreira do Amaral, através do Decreto 5.586 de 19 de maio, em homenagem ao seu diretor.

emergencial no meio intelectual, que tomara para si a responsabilidade de introduzir e conduzir a população por meio da educação para a modernização. É nesse discurso que se encaixaram a problemática da formação de professores e a da constituição das escolas normais no país (MAGALDI, 2003).

Assim, em consonância com os movimentos em prol da educação brasileira, e, sobretudo, a formação de um quadro docente qualificado em atuar no ensino primário, que ocorreram transformações no que tange a formação de professores em Minas Gerais. As Reformas Educacionais de Francisco Campos e Mario Casasanta, empreendidas entre 1926 e 1928, sob governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que os assuntos relativos o ensino primário e a formação de professores retornaram as discussões, materializando-se na publicação de dois regulamentos importantes que norteavam tanto o ensino primário, secundário e normal.

No que se refere às Escolas Normais mineiras, o Regulamento do Ensino Normal, publicado em 20 de janeiro de 1928, apontava que

Os defeitos do ensino primário não estão nos seus programmas, nem na sua organização do seu curriculum: estão no professor. Deste é o methodo do ensino, delle essa technica indefinível de captar o interesse infantil, delle esse tecido intellectual plástico, sensível e irradiante, quem que as noções talham o seu corpo visível de cuja substancias as ideias improvisam essa espécie de mãos ou dos prolongamentos prehenseis, que lhe possibilitam apropriar-se da realidade e da vida, incorporando às coisas, tornando-se concretas, intuitivas e palpáveis. Será isto ou não haverá ensino primario e isto só os professores convenientemente preparados poderão dar. Qualquer reforma no ensino primario reclama e pressupõe, portanto, uma reforma no ensino normal (DECRETO n°. 8.162, 20 de jan. 1928, p.7).

Fica evidente através desse documento que a necessidade de formar professores em Minas Gerais, tornara-se emergente na medida em que havia o interesse da escolarização primária da população. Assim, as Escolas Normais, que surgiram na região mineira ainda no período Imperial, com a primeira Escola Normal de Ouro Preto, em 1835, consolidaram-se como espaço privilegiado da formação docente apenas anos depois, acompanhando a movimentação em âmbito nacional.

Nesse sentido, Peixoto (2000, p.88) afirma que a ampliação do aumento da oferta de ensino no Estado mineiro acontece de forma significativa entre os períodos de 1926 a 1930, sendo criados 3.555 estabelecimentos de ensino primário e mais 19 escolas normais, com crescimento de 87% no número de matrículas, passando as escolas primárias, de 230.873 alunos, em 1926, para 448.810, em 1930.

É nesse clima de remodelação do cenário educacional mineiro, que ressurgiu, vinte e três anos depois, a ENOU, através do Decreto 8.245, de 18 de janeiro de 1928, promulgado pelo presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, em

consonância o movimento de expansão das escolas normais do estado e o melhoramento do professorado mineiro.

Segundo Riccioppo Filho (2007), apesar das autoridades locais proclamarem a emergência da instalação de uma nova Escola Normal na cidade, antes da década de 1920, seus anseios só foram atendidos com a publicação desse decreto, sendo exaltado pela imprensa uberabense pelo seu caráter inovador, considerado uma benfeitoria de Antônio Carlos. As características apontadas pelo periódico são contundentes com relação às renovações escolanovistas que nortearam as Reformas de Francisco Campos, em Minas Gerais:

[...] a escola normal nós já tivemos. Essa que agora vem é a renovação do que é nosso, do que nos pertence. Essa nova escola normal, aliás, é uma conquista natural de Uberaba, como frente que é a mesma Uberaba de uma grande zona. Havíamos de ter, pois, a nossa escola normal, tantos eram os nossos direitos a ella. Nessas bases estava nossa campanha. E não duvidamos da victoria, pois o dr. Antonio Carlos é justo e sincero [...] mas, em tudo isso, nesse enorme bem que advirá a Uberaba, devemos ver a alta benevolência do sr. Antonio Carlos. Ao estadista de visão avassaladora, vendo o corto no intrincado das nossas necessidades e aspirações, ao estadista dessa altura do vôo da águia, ao sr. Antonio Carlos, a nossa gratidão eterna! O nosso povo não se esquece dos seus verdadeiros amigos e benfeitores. Disso pode estar certo o sr. Antonio Carlos, esse estadista bom varão da América (LAVOURA E COMÉRCIO, 23 de fev. 1928, p.01).

A reinstalação da extinta ENOU foi recebida com grande satisfação pelas autoridades e elites locais, em consonância com as propostas de modernização estadual através da educação, que tinha, na figura do professor, o precursor de todo o processo modernizador. A reabertura da escola, em 1928, seguiu as normatizações do Regulamento das Escolas Normais, baixado por Francisco Campos; o ensino foi dividido em três cursos: adaptação, preparatório e aplicação, como previa o decreto.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o Regulamento das Escolas Normais se apresentava de forma inovadora, anunciando novos parâmetros quanto à formação docente no Estado, ainda permitia brechas quanto ao ingresso de alunos no ensino primário antes mesmo de terem sido devidamente formados. Isso porque havia um duplo problema: por um lado, o de formação de novos professores e, por outro, a atualização daqueles que já exerciam a docência. Para Riccioppo Filho (2007), apesar das modificações implantadas no currículo serem um salto qualitativo com relação as legislações anteriores, ele

[...] manteve a antiga tendência de desvalorização do magistério, que remontava aos tempos imperiais, dando aos alunos oriundos do ensino regular a possibilidade de eliminar boa parte dos estudos nas escolas normais mediante a aprovação de exames. Nesse aspecto, a diplomação do professor continuava dependendo, apenas, do conhecimento dos conteúdos considerados necessários ao exercício da profissão (RICCIOPPO FILHO, 2007, p.388).

Pouco mais de dois meses após a publicação do decreto que reabriu o estabelecimento de ensino normal uberabense, foi realizada, no dia 27 de abril de 1928, a cerimônia que marcou o início do funcionamento da instituição, contando com a presença do secretário de Negócios do Interior, Francisco Campos, e o vice-presidente da República:

Realizou-se houtem a cerimonia da installação official da Escola Normal de Uberaba com a presença dos srs. Francisco Campos e Mello Viana. O secretario do Interior foi saudado pelo professor Fernando Magalhães, director da Escola, tendo respondido em formoso discurso que foi vivamente aplaudido. A Escola acha-se installada em um excellente predio de construcção moderna, obedecendo as exigências dos fins a que se destina (O JORNAL, 29 de abril de 1928, p.04).

Contudo, a crise na produção cafeeira e a conjuntura internacional no pós-guerra somado ao descontentamento com as políticas oligárquicas adotadas durante a Primeira República, culminaram na Revolução de 1930. A ruptura com a política do café com leite⁴, projetou Getúlio Vargas à presidência da República e Benedito Valadares ao governo do Estado de Minas Gerais, após a morte de Olegário Maciel, causando uma interrupção no crescimento educacional promovido pela gestão anterior. Dessa forma, a República Nova tinha como objetivo afastar-se das políticas ligadas às oligarquias e aos setores agrários da sociedade. Para Pandolfi (2003) a Primeira República surgiu sem que houvesse participação popular, como uma continuidade do Antigo Regime, entretanto, embebido de discurso republicano.

No curso das transformações políticas estaduais pós-1930, no que tange à educação, as reformas empreendidas por Francisco Campos no período anterior não aconteceriam da forma prevista pelo seu idealizador, sendo interrompidas pelo recém-empossado: Benedito Valadares. Segundo Peixoto (1987, p.142), esse período, em Minas Gerais, foi marcado por um “retrocesso em relação ao período do governo de Antônio Carlos”, não sendo a problemática do ensino no Estado tratada no seu sentido prático, mas sim de utilização da educação como ferramenta para combater o comunismo e propagar as ideias de nacionalismo.

A transgressão vivida pelo campo educacional mineiro transferiu a responsabilidade dos cursos de formação de professores destinados ao ensino primário à iniciativa privada, uma vez que Minas Gerais reconheceu as escolas normais subsidiadas por particulares, acarretando na extinção de vários estabelecimentos que pertenciam ao Estado. Em Uberaba, as mudanças no cenário político mineiro, consolidou, novamente, a atuação do Colégio Nossa Senhora das

⁴ A política do café com leite garantia uma alternância dos poderes entre São Paulo e Minas Gerais, no comando do país. Ao final da década 1920, quando esta não foi cumprida. Washington Luís, o presidente em exercício no país, ao invés de indicar Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para sucessão do seu governo, apresentou o nome de Júlio Prestes, causando revolta na região mineira, que buscou alianças com o Rio Grande do Sul, apoiando a Revolução de 1930, e, legitimando, tempos depois, o governo de Getúlio Vargas.

Dores, no que tange a formação docente, uma vez que a ENOU foi suprimida, pelo Decreto nº 63, de 15 de janeiro de 1938.

Segundo as fontes oficiais do Estado mineiro, logo após a efetivação da lei, aponta que o fechamento das escolas normais oficiais seria ocasionado por redução de custos do Estado, uma vez que a manutenção desses estabelecimentos de ensino era onerosa, prejudicando o investimento em outras áreas. O corte de gastos com o ensino público mineiro foi justificado por este não causar muitos danos às políticas e ao regime adotado por Valadares durante sua gestão (DECRETO-LEI nº. 63, 15 jan. 1938).

A falta de investimentos por parte do governo, no que tange ao ensino normal e a formação de professores em Minas Gerais, nos anos que se seguiram, permaneceu como tendência da política adotada pelo Estado, uma vez que não temos indícios da elaboração do anteprojeto anunciado pelo decreto. A formação docente se deu por via dos cursos normais, tratados de forma isolada das demais questões sociais mineiras. A modificação viria anos depois, após a Reforma Capanema, no âmbito nacional, limitando a adaptação do Ensino Normal mineiro aos princípios e normas da Lei Orgânica do Ensino Normal, pelo Decreto-Lei 1.873, de 28 de outubro de 1946.

Ainda assim, temos indícios que a crise no sistema educacional mineiro e a possibilidade do fechamento da ENOU, já havia chegado, em 1937, à cidade de Uberaba. Logo, o então diretor Fernando Magalhães direcionou-se até a capital mineira com o intuito de compreender a proposta do deputado Artur Tibúrcio de conter as despesas de Minas Gerais, através do fechamento das escolas normais oficiais do estado, sob a justificativa de que a demanda de normalistas e professores do ensino primário já tinham sido atendidas, e estava completo o quadro docente mineiro (RECCIPPOCCO FILHO, 2007, p.404).

Apesar de toda a movimentação por parte da população e das pessoas envolvidas diretamente com a instituição, não foi possível evitar o fechamento da Escola Normal de Uberaba em janeiro de 1938. Desse modo, a sociedade uberabense acreditava ainda que haveria uma compensação ao dano causado, no cenário educacional da cidade, com a extinção da Escola Normal, crendo que não seria possível “que a mão que tirou – concedendo o eminente Governador do Estado as nossas necessidades – não compense largamente o prejuízo dado” (GAZETA DE UBERABA, 20 jan. 1938, p.1).

Igualmente, em carta endereçada ao governador do estado, a Associação dos Empregados no Comércio de Uberaba (AECU) manifestava sua indignação frente à supressão da escola normal:

Toda Uberaba recebeu perplexa, e com justo penar, a notícia, já confirmada, da resolução do honrado Governador de V. Excia., qual a de determinar o fechamento da nossa Escola Normal de 2º grau. As razões com que foi justificado esse ato da administração atual, honesta e bem-intencionada, o restante do decreto respectivo, são consideradas, por todo o povo desse município, demasiadamente frágeis [...] Enfim, Senhor Governador, se a supressão da Escola Normal de 2º grau de Uberaba é a medida que busca economia, e de certo modo, irá contribuir para o equilíbrio das finanças de Minas, sugerimos a V. Excia. crentes de que a sugestão será aceita de braços abertos por todos os nossos conterrâneos, seja criado, para este município, um imposto estadual, especialmente para custear as despesas da Escola Normal referida (GAZETA DE UBERABA, 20 jan. 1938, p.3).

Ao que parece, não houve indicativos de respostas de Benedito Valadares à AECU publicados nos jornais consultados. Contudo, achamos vestígios, no jornal *Gazeta de Uberaba*, no dia 23 de janeiro de 1938, sobre a criação de uma associação de ensino que objetivava manter de forma independente a ENOU “sem ônus para o Estado, abrigando os cursos normal e ginásial” (GAZETA DE UBERABA, 23 jan. 1938, p.1). Mas, ao que tudo indica, as iniciativas da Associação Uberabense de Ensino, não lograram, o que acarretou em um fechamento definitivo da escola.

O próximo tópico buscou analisar a relevância da ENOU para a formação de professores em Uberaba, a partir do seu reestabelecimento, em 1948, até o ano de 1959, com a publicação do Decreto 5.586 de 19 de maio de 1959. Para tanto, adentraremos nas questões relativas ao funcionamento do curso normal, a fim de compreender de que modo este influenciou a formação e a prática das professoras.

3. Reestabelecimento da ação formadora da Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959.

Fundamentado no processo de reabertura política, após a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, as transformações no cenário educacional delinear-se conforme as necessidades daquele contexto, possibilitando mudanças no que tange à formação de professores. Em Uberaba, o período de redemocratização nacional e a implementação das Leis Orgânicas do Ensino foram sentidas de forma mais contundente com a chegada de Boulanger Pucci, à prefeitura do município:

Durante a gestão de Pucci, ocorreu um salto na área educacional, pois inaugurou várias escolas de Educação Básica, rurais e urbanas dentre as quais três grupos escolares [...] Além destas ocorreu a reabertura da Escola Normal Oficial de Uberaba. Mediante as tais iniciativas, esse chefe executivo municipal passou a ser denominado ‘Prefeito da Instrução’ (GUIMARÃES, 2012, p.175).

Dessa forma, acreditamos que reabertura da escola foi fruto de uma articulação política em âmbito municipal e estadual, atingindo os poderes federais. O empenho do

prefeito de Uberaba foi essencial para o funcionamento da instituição, que contribuiu significativamente para o retorno da ENOU:

Quando o meu pai tomou posse na prefeitura, um dos principais objetivos dele era abrir a Escola Normal. Por que fazia dez anos que ela estava fechada e fazia muita falta na cidade, porque pessoas que não tinham condições não continuavam o seu curso de magistério [...] porque só tinha o Colégio Marista e o Colégio Nossa Senhora das Dores, que eram pagos. Então, o papai entrou em contato com o Doutor Abgar Renault, que era Secretário da Educação na época, e, eles combinaram de reabrir a Escola Normal. Aí o professor Abgar pediu ao papai que arrumasse o prédio e o papai arrumou. Era um prédio muito antigo, uma residência, mas tinha localização central. Aí ele fez a reforma, naquilo que podia ser feito, mas a escola continuava velha. O professor Abgar veio a Uberaba e inaugurou a escola (MARTINO, 2011).

Temos indícios ainda que a ENOU começou a funcionar antes mesmo da publicação da Lei nº 284, sancionada no dia 23 novembro de 1948, sendo foi inaugurada oficialmente pelo Estado mineiro aproximadamente três meses antes, pelo Secretário da Educação do Estado daquele período:

Uberaba receberá a honrosa visita do sr. Abgar Renault [...]. Nessa mesma ocasião, s. excia. Como Secretário da Educação de Minas Gerais, inaugurará a Escola Normal Oficial e o Grupo Escolar América, duas importantes instituições de ensino que já veem prestando assinalados serviços à instrução de nossa mocidade e de infância (LAVOURA E COMÉRCIO, 30 ago. 1948, p.2).

No dia 31 de agosto de 1948, às 19 horas, no salão principal da Escola Normal, inaugurou-se oficialmente o estabelecimento de ensino. Com a presença de várias figuras representativas da cidade e do Estado:

Na sala principal do estabelecimento de ensino, realizou-se o ato de inauguração, sentando-se a mesa que dirigiu a sessão o sr. dr. Abgar Renault, o sr. dr. Boulanger Pucci, prefeito dessa cidade, dr. Manuel Casasanta e Bolívar Ferreira, da comitiva visitante, dr. Henrique von Kruguer, presidente da Câmara Municipal, dr. Wenceslau Milton, juiz substituto da comarca, dr. Alberto Pontes, promotor da justiça, tenente-coronel Caetano Retore, comandante do 4º B.C.M [...] sr. Celso R. da Cunha prefeito de Veríssimo, prof. Leôncio Ferreira do Amaral, diretor da Escola Normal e o dr. Augusto Afonso Neto, inspetor federal da instrução (LAVOURA E COMÉRCIO, 01 set. 1948, p.2).

O restabelecimento da escola, antes mesmo da promulgação da lei, deu a legitimidade necessária para que essa se caracterizasse no cenário educacional uberabense, delineando o lugar ocupado pela ENOU na formação de professores e na escolarização da população:

Pouca gente acreditava nas possibilidades do reestabelecimento aqui na Escola Normal do Estado, no corrente ano. Eram muitas as dificuldades naturais, a que logo se acrescentaria corrosivo trabalho de sabotagem. Felizmente tínhamos na Secretaria de Educação um homem do descortino da têmpera e do prestígio de Abgar Renault. Felizmente tínhamos na Prefeitura a resolução firme do dr. Boulanger Pucci, decidido a solucionar as necessidades de instrução e educação da Capital do Triângulo [...] (LAVOURA E COMÉRCIO, 24 dez.1948, p.6).

Tendo reconhecimento da sociedade uberabense, a ENOU iniciou suas atividades sem um prédio próprio, em um casarão antigo recém reformado, considerado inadequado para a

formação de professores e o ensino dos alunos. Esse casarão era o mesmo em que havia funcionado antes da supressão em 1938. Por meio da memória das ex-alunas da instituição, esse fator foi um grande marco no processo de formação:

A Escola Normal era um casarão, mas com várias janelas, grandes, altas, na frente, nas laterais também, e no fundo. Para chegar até as salas de aula, nós tínhamos que subir uma escada, pequena, de poucos degraus. Então a gente tinha que subir da rua até a entrada do prédio mesmo. Tinha várias salas de aula. A primeira era menor, onde era a sala do diretor, do professor Leôncio. Depois tinha outras salas maiores onde eram várias salas de aula [que] foram transformadas em sala de aula. A minha sala, onde eu estudei, era a última do lado direito do corredor, uma pequena sala, com poucas carteiras; uma mesa, quadro negro e, nesta sala, dividindo-a tinha uma porta bem grande, onde dava para outra sala, depois, transformada em sala de aula também e, no fundo, tinha uma... que foi transformada em cozinha, cafeteria, onde se fazia um café; não refeições, onde tinha a cantineira que fazia o café para os professores, nos intervalos, no recreio. Antes falava que era o recreio. Nós tomávamos esse café que era levado para uma sala em frente à essa onde nós tínhamos a nossa sala de aula, era uma sala maior, que era a sala dos professores que dava para a frente do Regina Hotel (OLIVEIRA, 2011, p.157).

O aumento da procura por escolarização interferiu na estrutura física da escola. Assim, no ano de 1948, o curso normal contou com a matrícula de 7 alunas, segundo a lista de alunos do curso de formação feito naquele ano. Paralelamente, o curso ginásial e as classes anexas, que funcionavam junto à ENOU, apresentaram um número elevado de matrículas já no segundo ano de reabertura do estabelecimento de ensino. Contudo, no segundo ano de funcionamento da escola, esta contou com apenas 3 alunos no curso normal, o que não representou um aumento das matrículas nos anos que se seguiram. Igualmente, a instituição continha, no ano de 1949, 676 discentes, entre os três cursos oferecidos⁵, o que demonstra a relevância dessa escola para o cenário educacional uberabense:

Tinha primário, ginásio e o Curso Normal. Mas não tinha outros cursos de segundo grau, outros técnicos. Lá não tinha jardim de infância, acho que naquela época nem usava! Só tinha a partir da primeira série, tinha o primário... primeira à quarta, quinta a oitava e do primeiro ao terceiro ano do Curso Normal. Nem o científico tinha naquela escola, só tinha o Normal (SIVIERI, 2016).

Gradualmente, a ENOU foi ganhando espaço no cenário educacional de Uberaba nos anos que seguiram à sua reinauguração, o que significou o aumento de matrículas de alunos nos três cursos. Por meio do livro de matrículas de 1950, constatamos que as alunas que ingressaram no curso normal da escola, em sua maioria, eram oriundas das escolas particulares do município: ou do Colégio Nossa Senhora das Dores (CNSD) ou do Colégio Triângulo Mineiro:

Eu vim transferida do Colégio Nossa Senhora das Dores. E desde o primário, primeira aula que eu tive foi no Colégio Nossa Senhora das Dores, mas nesse meio tempo foi inaugurada a Escola Normal e eu, com a minha turma ficamos

⁵ Segundo a documentação da ENOU nesse período, a escola oferecia os cursos: normal, ginásial e classes anexas. (Cf. Sousa, 2017)

entusiasmadas de estudar na Escola Normal, apesar dos pais, não estavam achando *bão* não! Mas afinal deixaram, e nós fomos [...] O ensino foi ótimo, os professores muito bons [...] na hora foi tudo novidade. A turma saltou em alegria para ir para lá, todo mundo queria ir, e nós acabamos indo [...]. Apesar que o Colégio Nossa Senhora das Dores foi muito bom para nós, deu muita formação, deu os primeiros passos [...] (VARANDA, 2011, p. 163).

A novidade da reabertura da instituição, em 1948, demonstrou quão era esperado o retorno desta para a formação de professores em Uberaba, considerando o alto custo em manter as alunas em escolas particulares. Essas procuraram a ENOU, em busca de conseguir uma profissão:

[...] naquela época a profissão era ser professora, não tinha muita opção.... Hoje em dia, tem empresas para a mulher trabalhar! Antigamente, não era assim não... a opção era ser professora mesmo! Não tinha uma firma grande aqui em Uberaba que o pessoal poderia trabalhar, agora não! Hoje é diferente! (SIVIERI, 2016).

Além disso, “Uberaba não tinha muitas escolas [e] não tinha muita opção” (SIVIERI, 2016) e era privilégio das famílias mais abastadas o acesso à educação e escolarização de seus filhos. Dessa forma, a recepção da reabertura da escola foi recebida com grande satisfação pela população do município:

E eu então resolvi voltar a ter a minhas colegas do curso de Acomodação e carreguei todas para a Escola Normal para fazermos as inscrições e as provas de seleção. Fomos todas aprovadas e lá nos formamos professoras. Foi uma verdadeira maravilha, muito melhor a nossa estada na escola oficial, do governo, do que na escola anterior, na particular. E é bom que se diga que, nessa época, o nosso Secretário da Educação era o Abgar Renault, e o Diretor da escola era o professor Leôncio Ferreira do Amaral. Na verdade, um grande Diretor, tinha muito amor pela escola, zelava muito bem dela (CARTAFINA, 2011).

A escola particular a que Cartafina (2011) se refere é o CNSD, da qual ela havia sido transferida para terminar o primário, oriunda do Grupo Brasil. Segundo ela, para iniciar o curso normal na ENOU, era necessário fazer o de acomodação, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.873, de 28 de outubro de 1946, responsável pela adaptação do ensino normal às normativas da Lei Orgânica do Ensino Normal, baixada em âmbito federal.

Constamos então que o jogo político entre os âmbitos estadual e municipal refletiu diretamente na trajetória da escola, ora a favor ora contra a continuidade de suas atividades. As iniciativas políticas associadas à participação da sociedade uberabense e de professores e funcionários da ENOU, a partir de 1959, e considerando fundamental a finalização da construção do novo prédio e a mudança de endereço da escola, ocasionou a sugestão de que houvesse a alteração do nome do estabelecimento de ensino, de maneira que evidenciasse a importância de seu primeiro diretor, Leôncio Ferreira do Amaral, para a consolidação da ENOU no cenário educacional de Uberaba:

Esse período inicial do ano de 1959 foi movimentado para a história da escola, não apenas devido à transferência de local do funcionamento, mas também porque, logo

a seguir, o próprio diretor Professor Leôncio Ferreira do Amaral foi designado para o cargo de Diretor Geral do Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte e apresentou, por meio da imprensa, as suas despedidas e agradecimentos (ESCOLA, 11/04/1958, p.1). Para responder pelo experiente da direção, no estabelecimento educacional uberabense, o governo mineiro nomeou o então diretor do Centro de Saúde de Uberaba e professor de Higiene e Puericultura e Educação Sanitária, Dr. Paulo Pontes (A DIREÇÃO, 06/04/1959, p.01) (GUIMARÃES, 2012, p.193).

Assim, por ato do governador Bias Fortes, no dia 20 de maio de 1959, através da Lei nº. 5.586, a ENOU passou a ser denominada Escola Normal Prof. Leôncio Ferreira do Amaral, “àquele que, por mais de dez anos, em condições adversas, estivera a frente da instituição que, em termos de espaço escolar se achava então, razoavelmente consolidada” (GUIMARÃES, 2012, p.193):

Dá denominação especial à Escola Normal Oficial de Uberaba:
O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições, decreta:
Art. 1º – A Escola Normal Oficial de Uberaba passa ter a denominação especial de “Professor Leôncio Ferreira do Amaral” (LEI nº. 5.586, 20 mai. 1959).



Fig. 01. Escola Normal Oficial de Uberaba, na Rua Coronel Manuel Borges, nº 35. Fonte: Superintendência de Arquivo Público de Uberaba.

Segundo Guimarães (2012), Leôncio Ferreira do Amaral ficou na direção do Instituto de Educação do estado por quase dois anos, quando apresentou seu pedido de exoneração do cargo em 09 de março de 1961 e voltou ao cargo de diretor na Escola Normal em Uberaba, permanecendo à frente dela até o final de 1969, ano que foi afastado da administração da instituição. Da mesma maneira, a destituição do cargo de diretor da escola significou uma nova alteração no seu nome, que passou a ser chamado Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco⁶, o que caracteriza a necessidade de destituir do lugar a memória ligada à figura de Leôncio Ferreira do Amaral.

⁶ Cf. Guimarães, 2012.

Embora esses fatos não façam parte das discussões e análises da problemática deste trabalho, são fundamentais na medida em que justificam o marco temporal da formação de professores na ENOU, entre os anos de 1948 a 1959. Logo, acreditamos que a mudança de denominação da escola, em 1959, não apenas alterou aspectos legais da instituição, mas também trouxe transformações no quadro administrativo da escola, o que interferiu diretamente no funcionamento do curso normal e na representação da escola por meio das alunas.

No próximo tópico, buscou evidenciar, através das narrativas das professoras, a formação docente dentro da ENOU, entre os anos de 1948 a 1959, e, que contribuíram para a consolidação da ENOU como o espaço da formação docente da cidade de Uberaba.

4. Memórias de formação: a Escola Normal Oficial de Uberaba por meio das narrativas das normalistas

Foi dentro das Escolas Normais mineiras que se construiu o modelo ideal de professor primário para aquele contexto. Ao ser indagada sobre o papel dos professores da ENOU para sua formação no curso normal, Sivieri (2016) rememorou a última aula que teve com o Prof. Luiz Deroma, responsável pela disciplina de Metodologia do Ensino Primário e Prática de Ensino, que deu os seguintes conselhos para a turma de formadas do ano 1958:

[...] no último ano nosso, ele deu uma orientação para nós, que eu sigo até hoje! E eu acho que está certo! Ele falou assim [...] “você são minhas colegas!” – Isto foi na última semana de aula; porque nós estávamos formando! - Ele continuou: “Vou dar três conselhos para você, que se seguirem, serão boas profissionais. Primeiro conselho, você nunca leva um problema seu para a escola ou para a sala de aula, porque o aluno não tem nada com seus problemas, não tem nada a ver com o que você está sentindo, nem quando tiver doente! Se não tiver passando bem, fica em casa, mas não vai levar problema para o aluno! Segundo conselho, você nunca guarda seus Planos de Aula...” – Antigamente fazíamos Planos de Aulas, todo dia era feito o planejamento daquilo que íamos dar no dia seguinte. E, os inspetores iam nas Escolas fiscalizar o caderno de Plano de Aula [...] – E o professor Luiz Deroma falava assim: “Quando chegar no fim do ano você pega e rasga! Rasga e joga fora! Sabe por que?! Porque quando for no outro ano você tem que se inovar! Tem que buscar coisas novas, porque senão você torna-se aquela professora repetitiva, tudo que você deu este ano, você vai dar ano que vem e assim por diante! Você não cresce como profissional, porque aí não procura estudar, não procura coisas novas”. - E o terceiro conselho é esse: “você tem que saber a hora de parar de trabalhar! Mas até hoje eu não sei! Mas tem que parar de lecionar, tem que sair da sala de aula [...]. Porque acontece o seguinte fenômeno: à medida que você envelhece, vão entrando crianças mais novas, aí vai ficando uma lacuna muito grande, entre o aluno e o professor. Porque nós éramos professoras primárias, lecionávamos de primeira à quarta série. Então aqueles meninos que entravam de sete anos, as professoras já tinham trinta, quarenta anos ou mais.... E só ia aumentando a diferença de idade. Eu segui isso, acho que deu muito certo! (SIVIERI, 2016).

A narrativa de Sivieri (2016) demonstra o pensamento do que era ser professora no contexto das décadas de 1950 e 1960, em que havia uma expectativa da atuação do

professorado mineiro. Logo, para ser professor, não bastava apenas uma vocação natural para a profissão, seria necessária uma formação específica, associada à atuação dos professores e ao papel da Escola Normal, apesar de algumas normalistas colocarem o amor pelo ato de ensinar como um dos fatores que as levaram a ser professoras:

Eu tinha muita vontade de ser professora [...]. Desde pequena a gente brincava de aula.... Um dia era uma que era a professora, outro dia era aluna. Os brinquedos nossos era de ser professora, eu sempre sonhei muito em ser uma! Quando eu estava dando aula, mesmo depois dando aula, parece que eu estava até sonhando.... Eu gostava mesmo de dar aula... (RIBEIRO, 2016).

Nessa mesma perspectiva, Sivieri (2016) considera que alguns professores já formados acreditavam que poderiam ter seguido outras profissões, mas ela nascera para ser apenas professora, uma ideia que remete a uma vocação natural para ensinar. Contudo, o perfil das docentes e seus modos de agir em sala de aula, constituído nas Escolas Normais de Minas Gerais, foram reafirmados por meio da *Revista de Ensino do Estado*, que atribuía ao papel da professora ser “mestre humilde e ignorada”, que tem uma missão para cumprir aqui na Terra: “salvar almas para Deus e formar cidadãos para a Pátria” (FISCHER, 2005, p.325).



Fig. 02. Prof. José Mendonça e as alunas do 3º ano do curso normal, 1958. Fonte: Acervo José Mendonça. Disponível em: <<http://josemendonca.com.br/>>

A consolidação da atuação da ENOU no cenário educacional uberabense gerou um aumento da demanda de alunas. Somado a esse fator, a incipiência de instituições públicas na cidade, que contribuíssem para a escolarização, fez com que essa situação se agravasse, uma vez que a rede de ensino de Uberaba era majoritariamente composta por escolas particulares. Sivieri (2016), ao ser questionada sobre a procura por estudar na ENOU, relatou:

Havia e muita! Para entrar lá na quinta série tinha o exame de admissão. O primário, o de primeira à quarta, fiz no Grupo Escolar América. Você terminava a quarta série, ia na Escola Normal se inscrevia, tipo vestibular, depois prestava as provas, e, então, passa ou não passava. Tinha muita gente que não passava! É porque tinham poucas escolas em Uberaba, aqui tinha: Escola Normal, o Colégio Diocesano,

Colégio Nossa Senhora das Dores... tinha o Colégio Triangulo [...], Colégio Cristo Rei, acho que era só (SIVIERI, 2016).

Entre 1948 a 1959, período que demarca a existência da ENOU, a necessidade de completar o quadro de professores na região, acompanhando o movimento de expansão do ensino primário mineiro, ocasionou um aumento na demanda por professoras habilitadas para atuar nas escolas de primeiro grau em Uberaba. Tal fato levou a maior parte das normalistas a começar a trabalhar antes de completar o curso normal, iniciando, ainda cedo, sua profissão de professora, como aponta Ribeiro:

Foi aos 15 anos.... Passou muitos alunos na minha mão, principalmente aqui no Brasil.⁷ E como! Porque aí fiquei vinte anos como professora, depois eu fui supervisora... E isso é importante, né?! Porque depois que a gente trabalhava, dava aula particular para poder manter a faculdade (RIBEIRO, 2016).

Essa prática significou um importante progresso para a maioria das normalistas que estudaram na ENOU. Siveri (2016) relatou que, apesar do baixo salário que ganhava por ser professora, conseguiu manter-se sozinha, sem a necessidade de auxílio dos pais:

[...] Antes de formar, eu comecei a lecionar em uma escola municipal, chamada Escola Municipal Laurencina Palmério [...]. Me tornei independente, aí depois, não dependi mais do meu pai, para me dar as coisas. Até no orçamento da casa, eu ajudava um pouco [...], mas naquela época as coisas eram diferentes. Nós éramos sete, só eu quis ser professora. Meus irmãos quiseram seguir outras profissões, mas ninguém quis ser professor (SIVIERI, 2016).

A narrativa de Siveri (2016) retrata um costume das décadas de 1950, quando os homens optavam por cursar direito ou medicina, delegando a função de professor para as mulheres. Desse modo, como em outros locais, a formação de professores em Uberaba foi destinada, praticamente, para a camada feminina, fazendo delas as responsáveis pela educação na cidade:

Quando eu comecei a lecionar na prefeitura eu não tinha formado ainda, comecei a trabalhar na prefeitura em 1957 e eu formei em 1958 [...]. Todas elas se formaram, agora, quem foi ser professora... [...] a maioria delas, porque perdi o contato com algumas, outras mudaram de Uberaba às vezes..., mas a maioria foi lecionar! (SIVIERI, 2016).

A possibilidade de se ter uma profissão e viver por meio do seu trabalho era um dos fatores que fazia as moças optarem por ser professora, ao mesmo tempo que solucionava a problemática da escolarização feminina (CARDOSO, 2010) e a falta de professores no Estado. Com base nos livros de matrículas e na evidência da fala de Ribeiro (2016), acreditamos que o perfil do alunado da instituição era de classe média. Indagada sobre a situação financeira de suas colegas de sala, a entrevistada afirmou: “eram todas de muita

⁷ Ribeiro (2016) se refere ao primeiro Grupo Escolar da cidade, nomeado “Grupo Escolar Brasil”, criado pelo Decreto nº. 2.589, no dia 29 de julho de 1909 e inaugurado em 03 de outubro do mesmo ano (Cf. GUIMARÃES, 2007).

dificuldade, [mas] tinha algumas com poder aquisitivo melhor [...], mas era todos mundo de luta mesmo! ” (RIBEIRO, 2016, p. 189):

Eu tinha vontade, eu tinha muita vontade de ser professora! Para poder ganhar, para poder ensinar para as crianças. O ganhar influencia muito a gente.... Nós não recebíamos todo mês não, era duas vezes por ano: em junho e em dezembro, recebia tudo junto também. Meu pai sustentava, eu tinha minha irmã trabalhava.... Mas, me ajudou muito! (RIBEIRO, 2016).

A ENOU não deixou apenas marcas nos modos de atuação das professoras que ali se formaram, mas a estadia na escola também representou um momento importante na vida das alunas. Quando questionada sobre o significado da instituição e de seu tempo de normalista, Oliveira (2011) deu o seguinte relato:

Para mim, tudo foi importante na minha vida na escola. Eu devo tudo o que eu sou, o que eu tenho à Escola Normal [...]. Foi um período muito bom; o tempo em que eu casei, que eu tive meus filhos, e, eles iam comigo às vezes, quando eu lecionava e não tinha alguém para ficar; eles iam, ficavam lá apreciando as aulas, gostavam. Todos os professores gostavam deles, pequenos. E eles também têm saudade, dessa época. Foi muito boa. Eu fico muito satisfeita de você ter vindo aqui para conversar comigo sobre isso, porque me fez lembrar um período muito bom, muito gostoso, que não sai da memória. Sempre a gente está lembrando. Foi onde minha irmã também estudou; minhas primas e sobrinhas. Uma escola que deixou saudades para muitos (OLIVEIRA, 2011).

Ao serem questionadas sobre o que foi ter sido professora, as entrevistadas deram o seguinte depoimento:

Ser professora interferiu [na minha vida] para o lado bom! Porque, como professora, aprendi a conviver muito com as pessoas, e, mesmo fora da sala de aula, a gente sabia tolerar as pessoas, confiar nas pessoas, ou, às vezes, orienta-las. Isso foi muito bom! [...]. Quando fazemos aquilo que gostamos não sentimos cansaço e nem desgastamos.... Foi muito gratificante! Eu gostava muito de lecionar! Eu estou com setenta e seis anos, vai fazer sessenta anos que estou trabalhando... porque eu comecei cedo, com quinze, dezesseis anos eu já lecionava. Nunca trabalhei em outra profissão, só estive na escola, sempre estive na escola... hoje trabalho na universidade, que também é uma escola (SIVIERI, 2016).

A formação da professora primária mineira resultou na somatória de aspectos sociais, políticos e culturais das décadas de 1940 a 1960, sendo essencial a existência do curso normal para a constituição dos saberes e práticas. Logo, a consolidação das Escolas Normais como o lugar da formação docente mostrou-se imprescindível para o cenário educacional de Minas Gerais. Na cidade de Uberaba, a reabertura da Escola Normal Oficial demarcou um momento importante para o cenário educacional naquela região, representando um novo relevo dado à formação docente.

Em Uberaba, entre os anos de 1948 a 1959, a ENOU contribuiu para o quadro docente do município e, paulatinamente, a instituição foi considerada o espaço adequado para a formação de professores, ao mesmo tempo que conseguiu promover a educação feminina e subsidiar a necessidade de professores na região. A escola também conseguiu garantir a

educação dos filhos e filhas das famílias menos abastadas, elevando o seu *status* social e seu prestígio.

5. Considerações Finais

O surgimento das Escolas Normais Públicas em Minas Gerais, ainda durante o Império, mostraram-se incipientes para o contexto e a necessidade de professores atuantes no ensino primário. Assim, o Estado contribuiu para a consolidação das instituições educativas religiosas, consideradas responsáveis pela maior parte da formação de normalistas, prática que permaneceu durante a Primeira República e a República Nova.

Consideramos, então, que, essas instituições ao atravessarem para o novo regime, seguiram o mesmo modelo anterior, o que não garantia a sua continuidade. A ausência do Estado fez com que as instituições particulares, que ofereciam o curso normal, legitimassem sua atuação quanto ao ensino normal. No caso de Uberaba, o fechamento da Escola Normal Oficial da cidade, em 1938, confirmou a ação do Colégio Nossa Senhora das Dores frente à formação de normalistas, o que prejudicou o cenário educacional, já que a escola particular demandava das famílias altos gastos para manter suas filhas e deixava de fora as famílias menos abastadas.

Logo, acreditamos que a problemática da formação de professores, em Minas Gerais, acompanhou o movimento da educação nacional, ou seja, a reinstalação da escola, em 1928 e 1948, representou um redirecionamento das políticas adotadas pelos governantes, que, como viam os professores como responsáveis pelas mazelas da educação primária, compreendiam que era a partir deles que a reforma deveria ter um reflexo mais contundente. A primeira reabertura da escola estava fundamentada na Reforma Educacional de 1926 a 1927; essa, por sua vez, estava em consonância com o movimento educacional dos anos 1920, e serviu de arcabouço para as transformações de Francisco Campos e Antônio Carlos, responsáveis pelos investimentos na formação de professores primários.

A partir das narrativas das professoras, constatamos que o curso normal oferecido pela escola formou professoras conforme as necessidades do Estado mineiro. No contexto das décadas de 1950 e 1960, buscou formar professoras aptas a trabalhar no ensino primário das localidades mais afastadas do centro da cidade, atendendo à demanda de escolarização da população. Igualmente, acreditamos que o investimento na formação de professores e a implantação de Escolas Normais, em Minas Gerais, buscou solucionar dois problemas: a educação feminina e a falta de professores.

Ainda assim, compreendemos que a história da formação docente está inserida na incursão das políticas governamentais, atrelada aos investimentos do Estado, ao direcionamento dos interesses político-econômicos e à necessidade de escolarização da população. Dessa maneira, os rumos da educação nacional estão associados às necessidades do Estado brasileiro e às particularidades de cada região, reverberando ora a favor, ora contra a existência de formação específica para os professores no âmbito das Escolas Normais, responsáveis pela impressão de modos de agir e pensar das professoras.

6. Referências

ARAÚJO, José Carlos de Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil do Império a República**. Campinas: Alínea, 2008, 370p.

FISCHER, Beatriz Daudt. A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. vol. III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 324-335.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. **O percurso institucional da disciplina ‘História da Educação’ em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928-1970)**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012 (Tese, Doutorado em Educação).

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930. In: **Revista Brasileira de História**, nº.5, jan./jun. 2003, p.213-231.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta Peixoto. A Revolução de 30 e seus Reflexos na Educação Brasileira. In: **IV Seminário de estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987, p.133-144.

FONTES

A mão que tirou. GAZETA DE UBERABA, Uberaba, Ano 56, nº. 5036, 20 jan. 1939, p.1.

A presença em Uberaba do dr. Abgar Renault, secretário da Educação do Estado. LAVOURA E COMÉRCIO, Uberaba, Ano 1, nº 11.825, 01 set. 1948, p.2.

Acha-se em Uberaba o secretário de Educação de Minas Gerais dr. Abgar Renault. LAVOURA E COMERCIO, Uberaba, Ano 1, nº 11.823, 30 de ago. 1948, p.2.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 8.245 de 18 de fevereiro de 1928**. Cria Escolas Normais do primeiro grau em Dores do Indaiá, Paracatu, Santa Rita do Sapucaí, Itabira, Montes Claros e Leopoldina, e do segundo grau em Uberaba, mantidas nesta categoria as de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Ouro Fino. Disponível em:

<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=8245&comp=&ano=1928>>. Acesso em 27 jan. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 1.873 de 28 de outubro de 1946.** Adapta o Ensino Normal no Estado aos princípios e normas da Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEL&num=1873&comp=&ano=1946>>. Acesso em 15 jan. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº. 63 de 15 de janeiro de 1938.** Suprime seis Escolas Normais Oficiais e revoga os artigos 157, 158, 159 e 160 do decreto 11.501, de 31 de agosto de 1934. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEL&num=63&comp=&ano=1938>>. Acesso em 20 nov.2016.

FONTES ORAIS

MARTINO, Anita Pucci. Escola Normal Oficial de Uberaba e a Disciplina História da Educação. Uberaba, Residência da entrevistada, 2011. Entrevista realizada por Rosângela Maria de Castro Guimarães.

OLIVEIRA, Helenice Ferreira. Escola Normal Oficial de Uberaba e a Disciplina História da Educação. Uberaba, Residência da entrevistada, 2011. Entrevista realizada por Rosângela Maria de Castro Guimarães.

VARANDA, Heloísa Sivieri. Escola Normal Oficial de Uberaba e a Disciplina História da Educação. Uberaba, Residência da entrevistada, 2011. Entrevista realizada por Rosângela Maria de Castro Guimarães.

CARTAFINA, Maria de Lourdes. Escola Normal Oficial de Uberaba e a Disciplina História da Educação. Uberaba, Residência da entrevistada, 2011. Entrevista realizada por Rosângela Maria de Castro Guimarães.

RIBEIRO, Margarida Maria Rodrigues Ribeiro. A formação docente na Escola Normal Oficial de Uberaba, Residência da entrevistada, agosto de 2016. Entrevista realizada por Gabriela Marques de Sousa.

SIVIERI, Dora. A formação docente na Escola Normal Oficial de Uberaba, Residência da entrevistada, novembro de 2016. Entrevista realizada por Gabriela Marques de Sousa.